

# Decreto que restringe instalação de anúncios pode virar lei

Câmara incluiu na pauta das próximas sessões o projeto que estabelece regras mais rígidas para o ato, nos mesmos moldes da legislação aprovada em São Paulo em 2007

*Fábio Vasconcellos*

RIO - Após ser derrubado pela Justiça do Rio, o decreto da prefeitura que restringe a instalação de placas, letreiros e outdoors na cidade pode virar lei. A Câmara de Vereadores incluiu na pauta das próximas sessões o projeto do ex-vereador Alfredo Sirkis (PV) que estabelece regras mais rígidas para a instalação de anúncios, nos mesmos moldes da legislação aprovada em São Paulo em 2007. Na semana passada, três desembargadores da 15ª Câmara Cível votaram contra o decreto do prefeito Eduardo Paes que instituiu o programa Cidade Limpa em maio deste ano em 22 bairros.

A projeto de lei voltou à pauta da Câmara a pedido das vereadoras Andrea Gouvêa Vieira (PSDB) e Sônia Rabello (PV). Segundo Andrea, a decisão de recuperar a medida surgiu depois que o Judiciário considerou inconstitucional o decreto municipal.

— O decreto é inconstitucional porque esse tipo de matéria só pode ser por projeto de lei, discutido na Câmara, e é isso que estamos propondo. Portanto, se o prefeito realmente deseja transformar o Rio numa cidade limpa, com a proibição da poluição visual, ele pode fazer com que sua base na Câmara aprove o projeto de lei. A proposta está de acordo com o desejo dele — disse Andrea Gouvêa.

A primeira proposta que acabava com a publicidade em vias públicas foi apresentado em 2007 pelo então líder do governo municipal na Câmara, vereador Paulo Cerri (ex-DEM). A proposta seguia os mesmos parâmetros da lei aprovada em São Paulo naquele mesmo ano. Como enfrentou resistência, a medida não foi à votação. Em 2009, o então vereador Alfredo Sirkis (hoje deputado federal) apresentou um substitutivo ao projeto de Cerri, com modificações pontuais, mas mantendo a proibição de publicidade. Novamente, não houve acordo e a medida foi engavetada. Em maio deste ano, o prefeito Eduardo Paes publicou o decreto impondo restrições de publicidade em 22 bairros.

A expectativa das vereadoras que conseguiram desengavetar a medida é que ela seja votada em duas ou três sessões, isto porque ela é a 38ª a ser avaliada pela Câmara de Vereadores. Como, em média, a Casa vota até dez propostas por sessão, o projeto pode ir à discussão em Plenário ainda esta semana. Pela regra, os vereadores votam primeiro a proposta de Sirkis. Caso seja rejeitado, eles passam a discutir a proposta original de Cerri. Para virar lei, é necessária a maioria absoluta simples: 25 votos dos 48 vereadores da Casa (A Câmara do Rio tem 51 vereadores, mas três estão de licença).

Mas a medida pode enfrentar novas resistências. O advogado do Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior (Sepex) Altair Leal Miranda disse que a instituição é favorável ao reordenamento de placas e anúncios em vias públicas, mas não concorda com a restrição total. Segundo Miranda, a proposta que tramita da Câmara ainda não é a mais adequada:

— Somos favoráveis ao diálogo e à criação de normas para corrigir abusos. Mas a projeto de lei que a

Câmara quer votar não atende às empresa, nem à prefeitura.

O secretário municipal de Ordem Pública, Alex Costa, responsável pela aplicação do decreto Cidade Limpa, informou que a prefeitura ainda vai avaliar as propostas que tramitam na Câmara de Vereadores, para só então se posicionar sobre o assunto.

**URL: <http://glo.bo/SY97jT>**

---

Notícia publicada em 18/09/12 - 9h35 | Atualizada em 18/09/12 - 9h35 | Impressa em 18/09/12 - 21h03